



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 1932017
Código de validação: 24CC25244A

São Luís (MA), 07 de dezembro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Des. Cleones Carvalho Cunha
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Assunto: Relatório da Audiência Pública do polo judicial de Pinheiro

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência pública realizada na Comarca de Cururupu, realizada no dia 23 de novembro do corrente ano, abrangendo todas as comarcas que integram o polo judicial de Pinheiro.

A Audiência pública foi a 6ª e última de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática da gestão anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, e também das informações apresentadas pelos magistrados do polo por ocasião da visita ao Fórum Desembargador José Pires Sexto e reunião prévia à audiência, sintetizadas em breve relatório.

Assim, formalizo o ocorrido no evento, na esperança de que V. Exa., ou o próximo gestor, encaminhem a solução adequada para os problemas ainda pendentes e que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUIDORIA

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 12/12/2017 08:37 (RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE)





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO POLO JUDICIAL DE PINHEIRO,
REALIZADA EM CURURUPU/MA.**

Aos 23 dias do mês de novembro de 2017, às 10h, no Salão Paroquial da Comarca de Cururupu, foi realizada audiência pública referente à atuação do Judiciário no Polo Judicial de Pinheiro, que contou com a participação de aproximadamente 120 pessoas. A audiência pública foi iniciada com a apresentação da Banda Musical Municipal Liberalino Miranda. Após a apresentação foi exibido o vídeo institucional da Ouvidoria. Em seguida, foram convidados a compor a mesa o Ouvidor Judiciário Desembargador Ricardo Duailibe; o juiz da Comarca Dr. Douglas Lima da Guia, o Promotor de Justiça da Comarca Dr. Francisco de Assis Silva Filho, o Vice-Prefeito José Ribamar Santos, o Presidente da OAB seccional, Dr. Ruterran Sousa Martins e o Presidente da Câmara Ebenilson de Jesus. Com a mesa composta houve nova apresentação da banda que exibiu o hino. Com a palavra o desembargador Ricardo Duailibe, este agradeceu aos presentes e aos componentes da mesa. Presentes também os juízes: Michelle Amorim Sancho Souza, Titular da Vara Única de Bequimão, Alexandre Antonio José de Mesquita, Titular da Vara Única de Carutapera, José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, Titular da Vara Única de Guimarães, Rafael Felipe de Souza Leite, Titular da Vara Única de Mirinzal. Em seguida, o juiz da Comarca, Dr. Douglas, elogiou a sensibilidade do Ouvidor em realizar as audiências Públicas e cumprimentou os jurados na pessoa da Dra. Michele Amorim, juíza da Comarca de Bequimão. Agradeceu ainda a presença das autoridades e destacou a presença de representantes de outros municípios da região, bem como os advogados atuantes na região presentes. Sobre sua atuação na Comarca, informou que reduziu drasticamente o acervo, apesar da elevada distribuição processual. Elogiou o trabalho formidável realizado pela promotoria, que é sobrecarregada por não haver na cidade defensoria pública. Destacou que a intenção do judiciário é pacificar o conflito social e assim é a sua conduta enquanto magistrado, de dar a importância devida a cada ação judicial. Em seguida, falou o vice-Prefeito da cidade sede da audiência, José Ribamar Santos, que saudou a todos os presentes e frisou a importância do evento para aproximar o judiciário da população. O gestor teceu elogios à postura do magistrado da comarca de Cururupu e à Polícia Militar, que sempre demonstram zelo pela população. O Promotor de Justiça também ressaltou a importância do evento. Ebenilson de Jesus, presidente da Câmara, agradeceu a oportunidade da Comarca sediar o evento e também enalteceu a atuação do Dr. Douglas Lima. O presidente da OAB seccional de Pinheiro, Dr. Ruterran Sousa Martins, reconheceu o difícil trabalho da magistratura e parabenizou o trabalho do judiciário de Cururupu, e também o trabalho desenvolvido pela magistrada Tereza Cristina Nina, da 1ª Vara de Pinheiro. O desembargador reforçou os meios de acesso à Ouvidoria e salientou que o cidadão tem a opção de solicitar o sigilo de seus dados, repassando a palavra ao cerimonial, que explicou a dinâmica para participação na audiência Pública, franqueando a palavra ao Público. Conceição Moraes, assessora técnica da assistência social de Cururupu, teceu elogios à atuação do magistrado Douglas Lima da Guia e pediu a permanência deste na Comarca. Fátima Gatinho de Abreu parabenizou o trabalho do juiz e atuação da polícia Militar da cidade e fez um apelo às autoridades para que seja resolvido problema de saneamento

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

causado pelo Presídio da Cidade que tem afetado as residências vizinhas a este. O Promotor de Justiça informou que já foi instaurado inquérito civil para que a situação seja solucionada e que o diretor do Presídio convocou equipe de engenheiros para regularizar a situação. O Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara informaram ter notificado o governo do Estado para providências. Dr. Linconl Sampaio, procurador do Município de Apicum Açu, reclamou que a região tem o hábito de fechar no horário do almoço e que alguns Fóruns têm seguido essa prática, dificultando a atuação dos advogados. O Ouvidor informou que o Tribunal segue horário de lei Federal e portanto seu correto funcionamento é de 8h às 18h. O Secretário judicial da Comarca de Bacuri, Fábio Araújo, reclamou que apesar da Vara ter sido criada em 2003, até a presente data não dispõe de uma sede própria. Relatou que exercem suas atividades em um prédio alugado e sem condições de acessibilidade, e que houve doação de um terreno para instalação do Fórum, e solicitou ao Ouvidor que requeira junto ao presidente sua concretização. José Ribamar Santos Machado, advogado militante na região, reivindicou a disponibilização de sala no Fórum para que advogados tenham espaço para atender os clientes, Ressaltou que o poder judiciário ao construir as instalações deve fazê-lo com uma perspectiva futura, levando em consideração a tendência de aumento da população e a necessidade de espaço para atender adequadamente à também crescente demanda. Armstrong Lemos, advogado, solicitou sensibilidade aos desembargadores, para que dêem celeridade à resolução do Índice de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) em relação aos empréstimos bancários, Sugeriu a implantação imediata do PJE, contudo é necessário que os problemas técnicos sejam solucionados primeiramente. Sugeriu ainda que seja possibilitado o recebimento de peças por e-mail assinadas através de certificado eletrônico pelo advogado. Reforçou a reivindicação no sentido do judiciário aparelhar a sala para a advocacia, já que atividade essencial à justiça. É preciso haver conscientização dos servidores para que compreendam a atuação do advogado. O advogado comunicou que alguns magistrados proíbem o uso de celular por parte do advogado em audiência, ainda que para realização de consulta jurídica. O presidente da OAB de Pinheiro, Dr. Ruterran, informou que a Ordem está empenhada em mudar o cenário atual, apesar dos escassos recursos, e que tramitam diversos pedidos de criação de salas funcionais nos Fóruns do Estado. Comunicou que foram deferidas a criação de salas em São Bento, Viana e Maracaçumé e também na Justiça do Trabalho. Explicou que em algumas Comarcas foi firmada parceria com o juiz titular, a exemplo da Comarca de Santa Helena, e comprometeu-se a firmar parceria com o Dr. Douglas Lima, para que seja instalada sala funcional no Fórum de Cururupu. O ouvidor informou da reivindicação da criação de um auditório, para funcionar também como salão do júri, o que poderia ser utilizado pelos advogados, havendo disponibilidade. Quanto ao IRDR citado, informou que será julgado até o mês de abril de 2018. Quanto ao PJE, o Desembargador Ricardo informou já ser uma realidade, no entanto a melhoria do sinal de internet na região deve ser aprimorada pelas operadoras. Quanto ao uso de celulares solicitou ponderação aos magistrados, pois se utilizado para consulta, não importa prejuízo. O advogado Paulo Almeida relatou que o acervo ainda é muito grande e entende como necessária a criação de mais uma Vara na Comarca de Cururupu. Antenor Sousa, conselheiro de Cedral, relatou que muitos processos envolvendo vítimas de abuso sexual não tem solução, solicitando portanto ao judiciário, que desse agilidade ao andamento destes processos. Reclamou do fato de alguns magistrados e promotores distorcerem a função do conselho tutelar, legislando e dando atribuição aos conselhos de fiscalizar festas, o que é atribuição da Polícia Militar. Hellen Cutrim, Vereadora na cidade e policial civil, elogiou a atuação do juiz e o auxílio dado pela

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

polícia militar. Sugeriu a criação de uma regional da Justiça do Trabalho. O Ouvidor informou a criação da rede de Ouvidorias e que levará a reivindicação ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A vereadora reclamou do fato que no final de semana a população fica desassistida pelo Judiciário e solicitou que os magistrados visitem os povoados e comunidades, facilitando o acesso e aproximação da população, levando informação. Marcos Vinícius de Oliveira, tabelião da Serventia Extrajudicial de Guimarães, e elencou as dificuldades das serventias pequenas, que possuem muitas limitações, tais como internet, renda, instalações e solicitou à Presidência que melhore o subsídio dado às serventias, para que possam realizar as melhorias adequadas. Com a palavra Dra. Michelle Sancho, respondeu à colocação do conselheiro de Cedral e destacou que a juíza da Comarca, Dra. Márcia Gonçalves, é comprometida, sobretudo com os temas violência de gênero e criança e adolescente, e que os prazos prolongados advém da própria legislação e não necessariamente responsabilidade do judiciário e mencionou o trabalho árduo dos juízes. O presidente da OAB Seccional Pinheiro, Dr. Ruterran informou que o presídio de Pinheiro está com superlotação, e sugeriu que os presos que tivessem audiências designadas já portassem nestas, certidão de antecedentes, pois nos casos de primariedade poderiam ser absolvidos de imediato ao invés de aguardar por dias. Reclamou do fato de não haver analista na 2ª Vara de Pinheiro, possuindo a unidade um déficit de quatro servidores. Relatou que a 1ª Vara possui competência da Fazendária e de Execução Penal, e que apesar disso a magistrada desenvolve um excelente trabalho na Comarca e solicitou o auxílio do Ouvidor e Presidência para a instalação da Vara com maior brevidade. Solicitou ao Ouvidor que interviesse junto à presidência, no sentido que a gestão providencie novas dependências, pois o Fórum de Pinheiro está com uma estrutura prejudicada, já tendo sido condenada por engenheiros. O presidente da seccional informou ter recebido informação de que o Tribunal enviará os engenheiros para reforma do Fórum, e requereu que o Ouvidor intercedesse junto a presidência para que a reforma se efetive. Solicitou ainda que fosse designado pela gestão um mutirão sentenciante, e havendo a possibilidade, que juízes auxiliares complementem o trabalho na Comarca de Cururupu, bem como sua alteração para entrância intermediária, devido à elevada distribuição. Finalizou elogiando o trabalho do magistrado Douglas Lima, que atua eficientemente e com senso de justiça. Finalizando a audiência, o Ouvidor informou ter considerado a audiência com maior número de representantes do legislativo e executivo, agradecendo as autoridades presentes dos três poderes presentes, à imprensa, aos servidores do Fórum da Comarca sede da audiência, à equipe da Ouvidoria e demais presentes. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão

DEMANDAS APRESENTADAS DURANTE VISITA AO FÓRUM DA COMARCA E REUNIÃO COM OS MAGISTRADOS DO POLO JUDICIAL DE PINHEIRO

Em reunião realizada pelo Ouvidor às 9h30min do dia 23.11.2017, ao Fórum de Cururupu, Desembargador José Pires Sexto, se fizeram presentes os juízes Douglas Lima (Cururupu), Michele Amorim (Bequimão); Alexandre de Mesquita (Carutapera); José Jorge Júnior (Guimarães) e Rafael Leite (Mirinzal). Na ocasião, os juízes encaminharam demandas relacionadas à prestação jurisdicional em suas respectivas comarcas. Eles apresentaram uma pauta de questões acerca de problemas estruturais nos Fóruns em que atuam e de insuficiência de servidores, dentre outras questões, tendo sido a falta de material humano colocada por todos os magistrados presentes. Solicitaram que seja dada mais atenção à Comarcas que fazem parte do Polo nas políticas da nova gestão.

O Dr. Douglas Lima, Titular da Vara Única de Cururupu solicitou que seja criado auditório no Fórum da Comarca, diante da gama de eventos realizados e para que este também seja utilizado para realizar os júris. O Dr. Rafael Leite, da Comarca de Mirinzal demonstrou preocupação com a segurança em sua Comarca, visto que nesta o Judiciário conta apenas com o apoio de 1 policial. O Dr. Alexandre de Mesquita relatou que Maracaçumé e Olinda Nova possuem elevada demanda processual e deveria ser analisada a possibilidade de instalação da 2ª Vara nas referidas Comarcas.

Os juízes sugeriram a elaboração de um manual de padronização de rotinas para as secretarias judiciais e reforçaram a necessidade da instalação imediata, em Pinheiro, da 3ª Vara Criminal e de Execução Penal e que foi aprovada pelo Pleno do TJMA, no mês de outubro.

Foram as reivindicações apresentadas pelos magistrados do polo, aqui sintetizadas, e encaminhadas para a adoção das providências reputadas possíveis.

Atenciosamente,

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão